



Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº 81-2018 – SIAM nº 0002850/2019			
PA COPAM Nº: 24948/2008/005/2018		SITUAÇÃO: Sugestão pelo Deferimento	
EMPREENDEDOR: Conereserv Concreto S/A		CNPJ:	06.262.453/0019-00
EMPREENDIMENTO: Conereserv Concreto S/A		CNPJ:	06.262.453/0019-00
MUNICÍPIO: Vespasiano		ZONA:	Urbana
CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE: <ul style="list-style-type: none">• Localização prevista em zona de amortecimento de Unidade de Conservação de Proteção Integral, ou na faixa de 3 km do seu entorno quando não houver zona de amortecimento estabelecida por Plano de Manejo; excluídas as áreas urbanas.			
CÓDIGO:	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 217/2017):	CLASSE	CRITÉRIO LOCACIONAL
C-10-01-4	Usinas de produção de concreto comum.	2	1
F-06-01-7	Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação.	2	1
CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO: João Pedro Silva Procópio – Eng. Ambiental Marcela Ferreira Barbalho – Eng. Ambiental Mariângela Evaristo Ferreira – Geografa Pedro Henrique Pereira Lacerda		REGISTRO: ART: 14201800000004731650 CREA-MG: 04.0.0000132636 ART: 14201800000004702586 CREA-MG: 04.0.0000179323 ART: 14201800000004699733 CREA – MG: 04.0.0000109743 ART: 14201800000004737768 CREA – MG: 04.0.0000179107	
AUTORIA DO PARECER		MATRÍCULA	ASSINATURA
Danielle Baere de Oliveira Apoio Técnico/SUPRAM CM Engenheira Ambiental		79336	
De acordo: Liana Notari Pasqualini Diretora Regional de Regularização Ambiental		1.312.408-6	



Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº 81-2018

O empreendimento Coneresv Concreto S/A atua no ramo de “produção de concreto comum”, exercendo suas atividades no município de Vespasiano - MG. O empreendimento operava com a Licença de Operação nº 222/2009, com validade até 28/09/2015. Em 29/05/2015, o empreendimento entrou com pedido para Revalidação da Licença de Operação, entretanto o processo foi arquivado em 12/07/2018, por não atendimento as informações complementares solicitadas pela SUPRAM CM.

Em 14/09/2018, foi formalizado, na Supram Central Metropolitana, o processo administrativo de licenciamento ambiental de nº 24948/2008/005/2018 para proceder o licenciamento das atividades na modalidade “Licenciamento Ambiental Simplificado - LAS” via Relatório Ambiental Simplificado (RAS).

As atividades do empreendimento objeto deste licenciamento são “usinas de produção de concreto comum” com produção de 8,50 m³/h, e “postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação” com capacidade de armazenagem de 14 m³. O porte do empreendimento justifica a adoção do procedimento simplificado, tendo em vista a incidência do critério locacional um.

O empreendimento possui área construída de 0,030981 ha, localizado na Avenida 01, lote 17, quadra 4, Parque Norte e desenvolve suas atividades em um turno de trabalho, com 7 funcionários. A empresa Coneresv Concretos S/A, oferece serviços de concretagem para o setor da construção civil.

O processo produtivo se dá pelo recebimento do cimento a granel e dos materiais agregados provenientes de fornecedores já credenciados pelo empreendimento. O cimento é fornecido pela empresa Lafarge Holcim. A areia é fornecida pela empresa Lucio Flausino. Já a areia de pedra, brita 0 e 1 é fornecida pela empresa Verde Brita.

A areia, areia pedra, brita 0 e 1 são estocados em baias e o cimento é estocado no silo. Por meio de uma esteira transportadora, os agregados (areia, areia pedra, brita 0 e 1) são direcionados até o caminhão betoneira. Posteriormente, é realizado a mistura dos agregados com o cimento, da água e do aditivo. O produto final é destinado para o cliente.

O empreendimento conta com ponto de abastecimento de combustível aéreo com capacidade de 14 m³. A área de implantação do tanque, é provida de muretas de contenção, canaletas e sistema de separação de água/óleo – SAO. O combustível é fornecido pela empresa Raizen Combustíveis S.A. O empreendimento possui o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros nº 20150020991, emitido em 04 de dezembro de 2015, válido até 04 de dezembro de 2020.



Como principais impactos inerentes à atividade e devidamente mapeados no RAS, tem-se o uso de água, a geração de efluentes líquidos, emissão atmosférica, geração de resíduos sólidos e ruídos e vibrações.

O uso de água pelo empreendimento é para o processo industrial, incorporação ao produto, lavagem de pisos e equipamentos e consumo humano. O consumo é em média 360,98 m³/mês fornecido pela Concessionária Local – COPASA. Foi apresentado cópia da nota fiscal de prestação de serviços, emitida pela COPASA.

Referente aos efluentes líquidos, estes são provenientes de sanitários e lavagem de equipamento. A expectativa de geração do efluente sanitário é de 0,035 m³/dia com lançamento em rede pública da concessionária local – COPASA. Foi apresentado cópia da nota fiscal de prestação de serviços, emitida pela COPASA, atestando que a concessionária faz a coleta e tratamento dos efluentes. Quanto ao efluente proveniente da lavagem de equipamentos no bate lastro, este é recirculado e reutilizado no processo industrial.

As emissões atmosféricas são provenientes da chaminé do silo de cimento e da movimentação da matéria prima e de caminhões. Como medida mitigadora, o empreendedor realiza aspersão das vias de acesso. O silo de cimento é do tipo filtro silotop, que retém a emissão de material particulado. O empreendedor apresentou o relatório de monitoramento com os parâmetros avaliados na chaminé do silo de cimento. Os resultados apresentados estão dentro dos limites estabelecidos pela Deliberação Normativa COPAM nº 187 DE 19/09/2013.

Quanto aos resíduos sólidos, estes são compostos por resíduos de Classe I e II. Borra da caixa separadora de água e óleo – CSAO, resíduos classe I, são dispostos em bombonas e posteriormente recolhidos pela desentupidora Betel e encaminhados para o aterro Essencis.

Resíduos domésticos, resíduos classe II, são dispostos em lixeiras e recolhidos pela prefeitura Municipal de Vespasiano e posteriormente encaminhados para o aterro de Macaúbas em Sabará. As sobras de resíduos do processo industrial são encaminhadas para aterro industrial licenciado. Ressalta-se que a empresa que recebem os resíduos devem possuir a devida licença concedida pelo órgão ambiental responsável.

Referente aos ruídos e vibrações, esses são provenientes dos equipamentos e maquinário. O empreendedor apresentou o relatório de monitoramento de ruídos realizado em 29/08/2018 em 3 pontos na área externa do empreendimento no período diurno e noturno. Os resultados apresentados no período diurno estão acima dos limites estabelecidos pela NBR 10.151 e a Resolução CONAMA nº 001. Conforme tabela abaixo, o monitoramento apresentou pequenas inconformidades na medição diurna nos pontos 1 e 2. Estes pontos estão localizados na área de movimentação de caminhões e na área de carregamento.



	Resultado da medição	ABNT NBR 10.151
Ponto 1	70,5 dB(A)	70 dB(A)
Ponto 2	74,1 dB(A)	70 dB(A))
Ponto 3	69,9 dB(A)	70 dB(A)

Consta no RAS como medida mitigadora a ser adotada, o enclausuramento do maquinário, manutenção dos equipamentos e implantação de barreira em torno do empreendimento.

Dessa forma, para verificar a eficiência das medidas, será solicitado em condicionante deste parecer a medição de ruídos nos limites reais de propriedade, conforme ABNT NBR 10.151. Caso a emissão de ruídos persista acima dos limites, o empreendedor deverá apresentar novas medidas para mitigar esse impacto.

Quanto ao critério locacional “localização prevista em zona de amortecimento de Unidade de Conservação de Proteção Integral, ou na faixa de 3 km do seu entorno quando não houver zona de amortecimento estabelecida por Plano de Manejo; excluídas as áreas urbanas”, foi apresentado estudo referente ao critério locacional incidente na área do empreendimento. O estudo concluiu que as atividades do empreendimento não causarão impactos sobre a Unidade de Conservação de Proteção Integral. O responsável pela elaboração do estudo foi a geógrafa Mariângela Evaristo Ferreira que apresentou a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART 14201800000004699733.

Em conclusão, com fundamento nas informações constantes do Relatório Ambiental Simplificado (RAS), sugere-se a concessão da Licença Ambiental Simplificada ao empreendimento “Concreserv Concreto S/A” para a atividade de “usinas de produção de concreto comum”, com produção de 8,50 m³/h, bem como “postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação” com capacidade de armazenagem de 14 m³, no município de Vespasiano/MG”, pelo prazo de 10 anos”, vinculada ao cumprimento das condicionantes estabelecidas no anexo deste parecer, bem como da legislação ambiental pertinente.



ANEXO I

Programa de Automonitoramento da Licença Ambiental Simplificada do empreendimento “Concreserv Concreto S/A”

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
01	Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II, demonstrando o atendimento aos padrões definidos nas normas vigentes.	Durante a vigência da licença
02	Realizar medição de ruído nos limites reais de propriedade do empreendimento, conforme ABNT NBR 10.151. Apresentar relatório da medição, acompanhamento da respectiva ART, à SUPRAM CM. Caso os ruídos estejam acima dos limites, deverá ser apresentado, juntamente com o relatório, quais medidas foram adotadas mitigar esse impacto	30 dias após a concessão desta licença

* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.

IMPORTANTE

Os parâmetros e frequências especificadas para o Programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da Supram-CM, face ao desempenho apresentado;

Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.



ANEXO II

Programa de Automonitoramento da Licença Ambiental Simplificada do empreendimento “Concreserv Concreto S/A”

1. Efluentes Líquidos

Local de amostragem	Parâmetro	Frequência de Análise
Na entrada e na saída do Conjunto fossa filtro sumidouro	DBO (mg/L), DQO (mg/L), Fósforo total (mg/L), Nitrato (mg/L), Nitrogênio amoniacal total (mg/L), Óleos e graxas (mg/L); pH, Substâncias tensoativas (mg/L).	Semestral
Entrada e saída da caixa separadora de água e óleo.	DBO (mg/L), DQO (mg/L), Fósforo total (mg/L), Nitrato (mg/L), Nitrogênio amoniacal total (mg/L), Óleos e graxas (mg/L); pH, Substâncias tensoativas (mg/L).	Semestral

⁽¹⁾ O plano de amostragem deverá ser feito por meio de coletas de amostras compostas para os parâmetros DBO e DQO pelo período de no mínimo 8 horas, contemplando o horário de pico. Para os demais parâmetros deverá ser realizada amostragem simples.

Local de amostragem: efluente bruto: Antes da entrada da fossa. Saída da Conjunto fossa filtro sumidouro (efluente tratado): após o filtro

Relatórios: Enviar **anualmente** à Supram CM até o dia 10 do mês subsequente, os resultados das análises efetuadas. O relatório deverá ser de laboratórios em conformidade com a DN COPAM n.º 216/2017, especificar o tipo de amostragem e conter a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pela amostragem, além da produção industrial e do número de empregados no período.

Deverá ser anexado ao relatório o laudo de análise do laboratório responsável pelas determinações.

Constatada alguma inconformidade, o empreendedor deverá apresentar justificativa, nos termos do §2º do art. 3º da Deliberação Normativa nº 165/2011, que poderá ser acompanhada de projeto de adequação do sistema de controle em acompanhamento.

Na ocorrência de qualquer anormalidade nos resultados das análises realizadas durante o ano, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado, inclusive das medidas de mitigação adotadas.

Método de análise: Normas aprovadas pelo INMETRO ou, na ausência delas no *Standard Methods for Examination of Water and Wastewater*, APHA-AWWA, última edição.



2. Resíduos Sólidos

Enviar **anualmente** à Supram CM, os relatórios mensais de controle e disposição dos resíduos sólidos gerados contendo, no mínimo, os dados do modelo abaixo, bem como a identificação e a assinatura do responsável técnico pelas informações.

Resíduo				Transportador		Disposição final				Obs.	
Denominação	Origem	Classe NBR 10.004 ¹	Taxa de geração kg/mês	Razão social	Endereço completo	Forma ²	Empresa responsável				
							Razão social	Endereço completo	Licenciamento ambiental		
									Nº processo		Data da validade

(¹) Conforme NBR 10.004 ou a que sucedê-la.

(²) Tabela de códigos para formas de disposição final de resíduos de origem industrial

- 1- Reutilização
- 2 - Reciclagem
- 3 - Aterro sanitário
- 4 - Aterro industrial
- 5 - Incineração
- 6 - Co-processamento
- 7 - Aplicação no solo
- 8 - Estocagem temporária (informar quantidade estocada)
- 9 - Outras (especificar)

Em caso de transporte de resíduos sólidos Classe I - perigosos, deverá ser informado o número e a validade do processo de regularização ambiental do transportador.

Em caso de alterações na forma de disposição final dos resíduos sólidos em relação ao Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos apresentado, a empresa deverá comunicar previamente à Supram para verificação da necessidade de licenciamento específico.

Fica proibida a destinação de qualquer resíduo sem tratamento prévio, em áreas urbanas e rurais, inclusive lixões e bota-fora, conforme Lei Estadual nº 18.031/2009. Para os resíduos sólidos Classe I – perigosos, e para os resíduos de construção civil, a referida lei também proíbe a disposição em aterro sanitário, devendo, assim, o empreendedor cumprir as diretrizes fixadas pela legislação vigente quanto à destinação adequada desses resíduos. Os resíduos de construção civil deverão ser gerenciados em conformidade com as Resoluções Conama nº 307/2002 e nº 348/2004.

As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendedor. Desse modo, as notas fiscais de vendas e/ou movimentação, bem como documentos identificando as doações de resíduos poderão ser solicitados a qualquer momento para fins de fiscalização. Portanto, deverão ser mantidos disponíveis pelo empreendedor.

3. Ruídos



Local de amostragem	Parâmetro	Frequência de Análise
Em pontos localizados nos limites da área externa do empreendimento de acordo com NBR 10.151/2000.	dB (decibel)	<u>anual</u>

Relatórios: Enviar, anualmente, à Supram-Central Metropolitana os resultados das análises efetuadas, acompanhados pelas respectivas planilhas de campo e de laboratório, bem como a dos certificados de calibração do equipamento de amostragem. O relatório deverá conter a identificação, registro profissional, anotação de responsabilidade técnica e a assinatura do responsável pelas amostragens. Deverão também ser informados os dados operacionais.

As análises deverão verificar o atendimento às condições da Lei Estadual nº 10.100/1990 e Resolução CONAMA nº 01/1990.